

Inclusão e Equidade no Ensino de Inglês: O JAWS Como Ferramenta Mediadora da Aprendizagem de Estudante Cego do Ensino Regular

Jermison O. de Souza¹, Eunice P. S. Nunes²

¹Instituto de Educação – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
Cuiabá – MT – Brasil.

²Instituto de Computação – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
Cuiabá – MT – Brasil.

jermison.souza.ufmt.t4@gmail.com, eunice.nunes@ufmt.br

1. Introdução

A educação inclusiva, orientada pela LBI (Lei n. 13.146/2015), prevê condições equitativas de aprendizagem, mas o ensino de línguas estrangeiras continua marcado pela centralidade de recursos visuais, dificultando o acesso de estudantes cegos. No ensino de Inglês, a dependência de textos e imagens reforça práticas excludentes (Carroll, 2013; Lima, 2021).

A tecnologia assistiva emerge como alternativa para promover autonomia e participação, e o *software JAWS* é uma das ferramentas mais consolidadas para converter conteúdos visuais em fala sintética. Entretanto, como apontam Bersch (2017) e Mantoan (2015), dispositivos tecnológicos só produzem inclusão quando integrados a práticas pedagógicas intencionalmente planejadas.

Este estudo analisa as potencialidades e limitações do *software JAWS* no ensino de Inglês a estudantes cegos do ensino regular, contribuindo para o debate sobre acessibilidade digital, práticas docentes inclusivas e tecnologias de apoio na escola

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, delineada como estudo de caso (Stake, 1995), envolvendo dois estudantes cegos do ensino médio, usuários do *software JAWS* há seis aproximadamente seis meses, e dois professores. A produção dos dados incluiu: (i) questionários diagnósticos e de acompanhamento; (ii) entrevistas semiestruturadas; (iii) observações não participantes de 12 aulas; (iv) diário reflexivo do professor-pesquisador.

O estudo ocorreu em escola pública estadual de Goiás, em contexto de infraestrutura limitada, conectividade instável e ausência de sala de recursos multifuncionais. O *software* foi utilizado em computadores com Windows 10, 4GB RAM e com o uso de fones de ouvido, sem linha Braille.

Os dados foram analisados por análise de conteúdo (Bardin, 2016), com dupla codificação e concordância superior a 85%. As categorias finais foram: autonomia, tempo de acesso, mediação docente e infraestrutura.

3. Resultados e Discussão

Os achados indicam que o *JAWS* ampliou significativamente a autonomia dos estudantes, reduzindo o tempo de acesso às instruções e permitindo navegação independente em atividades digitais. Relatos dos participantes e registros em diário de campo mostram maior iniciativa em responder perguntas e participação oral, indicando deslocamento de uma posição passiva para protagonismo na aprendizagem.

Na produção escrita, o *software* favoreceu a revisão textual autônoma, permitindo identificar erros de digitação e organizar o texto com mais clareza. Esses resultados convergem com Carroll (2013) e Bersch (2017), ao sugerirem que a remoção de barreiras de acesso possibilita desempenho equivalente ao de estudantes videntes.

Entretanto, persistem barreiras estruturais: carência de materiais acessíveis, equipamentos defasados, formação limitada para uso pedagógico de *software* leitor de tela como o *JAWS* e conectividade precária. Docentes relataram dificuldades na adaptação de atividades e falta de suporte técnico, reforçando que a tecnologia, isoladamente, não garante inclusão (Mantoan, 2003; Carvalho et al., 2017).

A triangulação dos dados evidenciou que, quando materiais acessíveis eram disponibilizados e o professor dominava o recurso, o desempenho dos estudantes se aproximava do ritmo da turma. Em contrapartida, a infraestrutura limitada restringia a fluidez do trabalho pedagógico.

4. Considerações Finais

O *software JAWS* demonstrou potencial para mediar a aprendizagem e promover autonomia em atividades de leitura, escrita e oralidade no ensino de Língua Inglesa. Contudo, sua plena efetividade depende de políticas institucionais de acessibilidade, formação docente continuada e infraestrutura adequada.

O estudo oferece diretrizes para o desenho de práticas pedagógicas acessíveis e contribui para futuras pesquisas sobre usabilidade e acessibilidade digital na educação, destacando que a inclusão ocorre quando tecnologia, pedagogia e suporte institucional atuam de forma integrada.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BERSCH, R. Tecnologia assistiva na educação: recursos e práticas inclusivas. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015
- CARROLL, A. Teaching English to learners with disabilities. New York: Routledge, 2013
- LIMA, F. R. Ensino de língua inglesa para pessoas com deficiência visual: práticas e desafios. Brasília: Universidade de Brasília, 2021.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2015.
- STAKE, R. E. The art of case study research. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.